



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
04/06/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 14:10 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. **PROCESSO DISCIPLINAR. RECURSO HIERÁRQUICO.**
2. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**
3. **ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – EXECUÇÕES FISCAIS E CONTRAORDENAÇÕES**
4. **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014**
5. **9.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2015 - 2.ª REVISÃO**

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO, ACOMPANHAMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO, SOCIOEDUCATIVAS E SOCIOCULTURAIS NAS ESCOLAS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DOS TRÊS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO, E APOIO E MONITORIZAÇÃO DE CANTINAS ESCOLARES E REFEIÇÕES NO ANO LECTIVO 2015/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2015/A/218, DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015
7. CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES, PARA O ANO LECTIVO 2015/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2015/A/94, 2014/A/74 E 2015/A/101, TODAS DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015
8. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA CINCO ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS URBANOS;
9. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM ASSISTENTE OPERACIONAL PARA A DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO.
10. FAMOLDE, FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES. – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA AMPLIAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Antes de entrar na ordem do dia, o **Sr. Presidente** perguntou aos presentes se havia algum problema na discussão e votação dos assuntos agendados, uma vez que se verificou algum atraso no envio de documentos, designadamente em relação ao ponto 5.

Nenhum dos presentes manifestou qualquer dificuldade, com exceção do **Sr. Vereador Aurélio Ferreira**, que referiu, relativamente ao ponto 4, que não lhe foram enviados todos os documentos mencionados, situação que considera ilegal e inconcebível dada a

importância dos documentos em causa. Por este motivo considera que não tem condições para votar o referido ponto.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** esclareceu, dado que na altura se encontrava em funções como Vice-Presidente, que não foram enviados todos os documentos atendendo à sua dimensão, encontrando-se os mesmos disponíveis para consulta.

O **Sr. Presidente** informou o executivo do seguinte:

- Não esteve presente na última reunião por se ter deslocado à Ilha do Fogo, em Cabo Verde, em representação da CIMRL, tendo estado presentes todos os Presidentes das Câmaras Municipais que a constituem. Foi celebrado um Protocolo de Cooperação e vai ser feita uma recolha de bens para apoiar aquela população.
- Informou ainda que nos dias 2 e 3 de junho se deslocou a Bruxelas, e que lhe foi possível constatar que os apoios a conceder a Portugal são diferentes dos que são concedidos a outros países.



#### **1 - PROCESSO DISCIPLINAR. RECURSO HIERÁRQUICO.**

378 - Presente requerimento, de 28/05/2015, pelo qual é apresentado recurso hierárquico pela arguida Dulce Bonita, cujo conteúdo se dá por reproduzido e fica anexo (**Anexo 1**).

Presente Despacho, de 21/05/2015, do instrutor do processo disciplinar, cujo conteúdo se dá por reproduzido e fica anexo (**Anexo 2**).

Atendendo a que:

- não é verdadeira a afirmação de que a acusação não identifica os clientes e os valores individualizados relativos a cada um;
- a arguida confessou a infração disciplinar;
- a não realização de inquirições relativas a factos ocorridos no período de novembro e dezembro de 2013, se deveu exclusivamente ao facto de tais clientes terem sido inquiridos na fase de instrução nos dias 18, 19 e 23/02/2015;
- a não realização de inquirições relativas ao n.º 14 da resposta à acusação resultou de tais evidências se obterem mediante prova documental;
- foram realizadas todas as diligências probatórias necessárias ao apuramento da verdade e garantidos totalmente os direitos de defesa da arguida Dulce Bonita.

Apesar do exposto, a arguida considera essencial para a sua defesa a inquirição de testemunhas para comprovar factos para os quais existe prova documental e testemunhal amplamente suficientes.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 37.º, n.º 4, do Estatuto Disciplinar, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro e com o artigo 203.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, não obstante considerar que foram realizadas todas as diligências probatórias legalmente devidas, delibera, por mera cautela, revogar o despacho, de 21 de maio de 2015, do instrutor do processo e determina que sejam notificados os clientes identificados na acusação para se apurar se já lhes foi devolvida pela autarquia a caução prestada em tempo e que sejam, de novo, inquiridos os clientes identificados na acusação, por factos ocorridos no período de novembro e dezembro de 2013, para se apurar se o valor da caução prestada lhes foi restituído na data que consta no mapa de fecho de caixa da arguida.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Voto contra.*

*Primeiro: Considerando os fundamentos invocados pelo instrutor e o facto de a proposta de deliberação registar que “foram realizadas todas as diligências probatórias legalmente devidas”, entendo que não há razão para determinar que sejam notificados os clientes identificados na acusação para se apurar se já lhes foi devolvida pela autarquia a caução prestada em tempo. Considero, como o instrutor refere no despacho de 21 de Maio de 2015, que “se revela desnecessário repetir a sua inquirição, na medida em que prestaram declarações de forma clara, isenta e credível (...) pelo que não pode deixar de se concluir como manifestamente desnecessária a repetição de tais diligências”.*

*Segundo: é estranho que a Câmara Municipal tenha que repetir inquirições a clientes, já feitas pelo instrutor, para “se apurar se já lhes foi devolvida pela autarquia a caução prestada em tempo”. Ora, a Câmara Municipal não tem mecanismos de controlo que permitam verificar a execução da despesa?*

*Terceiro: Estando concluído, pelo instrutor (cf. invocado no despacho do instrutor de 21 de maio), que “os factos constantes da acusação assentam em prova documental e testemunhal, na qual se conclui a confissão livre, voluntária e consciente da trabalhadora Dulce Bonita (fls. 5,41,43 a 46, 857 a 864) que diligências complementares entende ainda o executivo permanente que devem ser realizadas para determinar a aplicação da sanção disciplinar e o consequente envio do processo para o Ministério Público?”.*

**2 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

379 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…)”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **3 - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – EXECUÇÕES FISCAIS E CONTRAORDENAÇÕES**

380 - Na sequência de solicitação dos serviços jurídicos da autarquia foi requerida a identificação de uma conta bancária na qual se proceda ao depósito de montantes cobrados pela autarquia por transferência bancária no âmbito de processos de execução fiscal e ou contraordenações.



Considerando que importa indicar uma conta bancária passível de uma boa gestão atentas as ordens de transferência que serão dadas e que poderão não ser oportunamente transmitidas à Tesouraria.

Considerando a necessidade específica devidamente identificada importa proceder à abertura de uma conta destinada especificamente para este fim.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)*”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “*Execuções Fiscais e Contraordenações*”, na qual serão efetuados todos os depósitos inerentes às verbas transferidas para a Câmara Municipal da Marinha Grande no âmbito de processos de *Execuções Fiscais e Contraordenações* tramitados pelos serviços jurídicos da autarquia, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **4 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014**

381 - Presentes os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativos ao exercício económico de 2014, constituídos por:

- Balanço Consolidado
- Demonstração de Resultados Consolidada

- Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais
- Relatório de Gestão que integra o anexo às demonstrações financeiras consolidadas
- Certificação Legal das Contas

conforme o preconizado no n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os quais se encontram integralmente elaborados, estão presentes nesta reunião camarária e serão posteriormente arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

Antes da votação, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** declarou que não iria votar este ponto, à semelhança do que já havia feito na reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 21/04/2015, aquando da aprovação dos documentos de prestação de contas de 2014, por não ter recebido toda a documentação.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que foi enviada a Certificação do Auditor Externo e tal como foi informado no e-mail que remetia a documentação para a presente reunião, as contas estariam à disposição na DFTI, para consulta, pois como ficou acordado e por sugestão do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, para documentos volumosos só seriam digitalizadas até 15 páginas. Quando os documentos ultrapassassem as 15 folhas só seriam remetidos quando solicitados. Como não o foram estavam disponíveis para consulta.

**A Câmara Municipal, após análise dos documentos, e no cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício económico de 2014 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma e no n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade dos seis membros presentes.**

#### **5 - 9.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2015 - 2.ª REVISÃO**

Antes da votação esteve presente na reunião a Chefe da DFTI, Dr.ª Sandra Paiva, que respondeu às questões técnicas colocadas relativamente à elaboração dos documentos.

382 - Presente proposta da 9ª Modificação – 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2015, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**2ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2015**, no valor de 4.882.509,52 euros nos reforços e 178.183,51 euros nas anulações;

**2ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2015**, no valor de 4.711.573,33 euros nos reforços e 7.247,32 euros nas anulações;

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
04/06/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

**2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2015**, no valor de 3.557.739,00 euros nos reforços;

**2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2015**, no valor de 799.575,01 euros nos reforços e 46.535,32 euros nas anulações.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 9ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, constituída pela 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**A deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO, ACOMPANHAMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO, SOCIOEDUCATIVAS E SOCIOCULTURAIS NAS ESCOLAS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DOS TRÊS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO, E APOIO E MONITORIZAÇÃO DE CANTINAS ESCOLARES E REFEIÇÕES NO ANO LETIVO 2015/2016.**

**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2015/A/218, DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015**

383 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que dêem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica

e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, respeita apenas à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015 aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo, nos termos constantes da deliberação anexa a este processo;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DCD para a realização de concurso público com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia para a *“Prestação de serviços de apoio, acompanhamento e dinamização de atividades de animação, socioeducativas e socioculturais nas escolas do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico dos três agrupamentos de escolas do concelho, e apoio e monitorização de cantinas escolares e refeições no ano letivo 2015/2016”*, atenta informação I/01AQ/2015 e requisição interna 17053;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

*“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*

*2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”*

Considerando que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, não foi prevista dotação para a assunção da despesa nos anos de 2015 e 2016 referente ao procedimento que se pretende iniciar e cuja despesa está prevista na ação 2015/A/218 do Plano de Atividades Municipais de 2015, por a forma de prestação dos serviços a contratar ter sido alterada face aos contratos celebrados e vigentes para os anos letivos anteriores e em curso o que determinou a introdução de nova ação na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais 2015;

Considerando que o preço base do procedimento a iniciar origina um de acréscimo da despesa em anos seguintes e consequentemente uma reprogramação dos compromissos plurianuais com aumento da despesa;

Considerando que na 9.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 2.ª Revisão, foi inscrito nas Grandes Opções do Plano a ação 2015/A/218 com a designação *“PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA, BIBLIOTECAS ESCOLARES E MONITORIZAÇÃO E APOIO NAS REFEIÇÕES NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CEB NO ANO*

*LETIVO 2015/2016*”, com uma dotação global de 430.600 euros, dos quais 130.600 euros para o ano de 2015 e 300.000 euros para o ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido, o que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao procedimento de contratação da *“Prestação de serviços de apoio, acompanhamento e dinamização de atividades de animação, socioeducativas e socioculturais nas escolas do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico dos três agrupamentos de escolas do concelho, e apoio e monitorização de cantinas escolares e refeições no ano letivo 2015/2016”* até ao montante de 130.600 (cento e trinta mil e seiscentos euros) no ano de 2015 e de 300.000 euros (trezentos mil euros) no ano de 2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 9.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 2.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho de 2015.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Embora considerando que todas as melhorias no sector da Educação são importantes, particularmente a medida que diz respeito à criação de soluções para os filhos de trabalhadores do concelho que iniciam as suas actividades mais cedo do que os horários das escolas, a verba prevista para esta melhoria, grosso modo de 400.000 €, é excessiva e incomportável pelo orçamento do Município nos próximos anos. Desta forma, as melhorias propostas no sector da Educação devem ser conseguidas com modelos menos assentes no dinheiro.”*

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Votei favoravelmente porque as alterações agora votadas irão contribuir para a melhoria das condições prestadas às nossas crianças bem como aos seus agregados familiares. A verba em causa não é de todo incomportável em termos de orçamento municipal. Não o é agora nem o será no futuro, estamos certos. Neste tipo de votações o que está em causa é a priorização das necessidades das populações. O nosso objetivo não é amealhar mas é gastar bem os dinheiros públicos. Alguns pontos de vista aqui evidenciados demonstram tão somente uma perspectiva de não despesa, o que por si só não constitui qualquer problema, mas quando se recusa uma qualquer proposta dever-se-á indicar onde é que*

*prioritariamente esse dinheiro deveria ser gasto. Este princípio é um princípio básico de boa gestão municipal e estamos convictos que votámos bem porque votámos nas nossas crianças, nas nossas famílias, no desenvolvimento das nossas empresas pelas facilidades criadas aos respectivos agregados, e votámos também numa medida prática e incentivadora em termos de aumento de natalidade. Certamente, se tivesse surgido alguma alternativa, poderíamos considerar uma qualquer revisão da proposta. Tal não aconteceu e por isso o mau voto favorável naquilo que consideramos uma medida de extraordinário impacto em termos sociais."*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Subcrevo integralmente a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira, acrescentando que a verba se destina não só a criar a possibilidade de abertura mais cedo das escolas e encerramento mais tarde das mesmas, mas também para o apoio, o acompanhamento e a dinamização das actividades de animação socio-educativa e socio-cultural nas escolas do ensino pré-escolar e 1.º ciclo dos três agrupamentos do concelho, destina-se também ao apoio e à monitorização das cantinas escolares e das refeições no ano letivo 2015/2016, pelo que abrange mais iniciativas que aquelas vertidas na declaração de voto do Sr. Vereador Carlos Logrado, do + Concelho.*

*Por fim referir que a proposta do Sr. Vereador Logrado, no sentido de que deverão ser os pais a assegurar esse serviço é por nós absolutamente refutada, atento o conhecimento que temos no terreno das situações vividas por estes mesmos pais e que justificam que a autarquia reestruture todo este tipo de serviços em nome do bem-estar e da estabilidade das crianças e dos agregados, e em nome da Educação."*

**O Sr. Vereador Carlos Logrado pediu para intervir em defesa da honra, tendo declarado o seguinte:**

*"Não é verdade o afirmado pela Vereadora na sua declaração de voto: "Por fim referir que a proposta do Sr. Vereador Logrado, no sentido de que deverão ser os pais a assegurar esse serviço é por nós absolutamente refutada..."*

*O que disse e defendo é que os pais devem colaborar nessas melhorias."*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho pediu também para intervir em defesa da honra, tendo declarado o seguinte:**

*"Das palavras do Sr. Vereador a interpretação que fiz foi exactamente aquela que verti na minha declaração de voto, e que mantenho. Que queira dar o dito por não dito é outra questão..."*

**Na sequência da declaração da Sr.ª Vereadora, o Sr. Vereador Carlos Logrado declarou o seguinte:**

*"Se a interpretação da Vereadora Alexandra foi essa foi uma interpretação abusiva, porque em nenhum momento me referi à exclusividade da responsabilidade dos pais nas tarefas."*

**7 - CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES, PARA O ANO LETIVO 2015/2016.**  
**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2015/A/94, 2014/A/74 E 2015/A/101, TODAS DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015**

384 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, respeita apenas à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015 aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo, nos termos constantes da deliberação anexa a este processo;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DCD para a realização de procedimento nos termos do Acordo quadro n.º 027 denominado de Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2014), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas para a *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o ano lectivo 2015/2016”*, atenta informação I/669A/2015 e requisição interna 17185;

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foram previstas as seguintes dotações para a assunção de despesa no ano de 2016 nas seguintes ações:

- a) 271.351 euros na ação 2015/A/94 - ALIMENTAÇÃO NAS CANTINAS ESCOLARES - ANO LETIVO 2015/2016

- b) 12.316 euros na ação 2015/A/74 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NO ANO LETIVO 2015/2016-ALIMENTAÇÃO
- c) 10.800 euros na ação 2015/A/101 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE REFEIÇÕES ESCOLARES

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

*“(...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*

*2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”;*

Considerando que na 9.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 2.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano na ação 2015/A/74 com a designação *“PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NO ANO LETIVO 2015/2016-ALIMENTAÇÃO”*, com uma dotação inicial de 12.316 e uma dotação corrigida proposta de 17.816 euros para o ano de 2016, pelo que não é possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido, o que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o ano lectivo 2015/2016”* até ao valor de 256.122,85 euros (duzentos e cinquenta e seis mil, cento e vinte e dois euros e oitenta e cinco cêntimos) para o ano de 2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.**

**A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 9.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 2.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho de 2015.**



**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Contrariamente ao ponto anterior, as alterações propostas neste ponto implicam uma verba razoável e perfeitamente ao alcance das contas do Município: 11.700 €.”*

**8 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA CINCO ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS URBANOS**

385 - Presente proposta do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, cujo teor de transcreve:

*“(…)**Considerando que:***

*- O mapa de pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2015 foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, contendo os postos de trabalho necessários para o cumprimento das atividades de natureza permanente e temporária a desenvolver durante o corrente ano;*

*- É significativa a redução de trabalhadores que se vem verificando nos últimos anos, registando-se uma redução de 13,7% a 31 de dezembro de 2014, relativamente a 31 de dezembro de 2010;*

*- Só no serviço de infraestruturas de águas e saneamento, foram desde 2007, aposentados 4 trabalhadores – Eduardo Albuquerque Fernandes (2007), António Moreira (2007), Armando Oliveira Natário (2009), Fernando Gregório Carqueijeiro (2010), Bernardino Pereira Senra Torres (2014);*

*- Nos serviços urbanos deixaram de exercer funções 4 trabalhadores – Marco Paulo Teixeira da Silva (2009), Daniel Mendes da Veiga (2012), Vítor Manuel Botas Faustino (2014) e Florentino Pereira Loureiro (2014);*

*- Por despacho datado de 23 de julho de 2008, o concurso externo de ingresso para 5 lugares de operário qualificado canalizador, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 183, de 21 de setembro de 2007, foi considerado deserto e consequentemente arquivado por todos os candidatos terem sido excluídos do mesmo;*

*- Desde 2010, e como medida de estabilidade orçamental, foram vários os diplomas a fixar regras mais exigentes quanto ao recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, o que impediu a renovação dos recursos humanos;*

- A par do exposto, e no que respeita ao pessoal operário, as equipas de trabalho encontram-se extremamente debilitadas face à idade e problemas de saúde dos titulares de cada posto de trabalho;

- O serviço de infraestruturas de águas e de saneamento, se encontra a laborar em regime de turnos desde maio de 2013, de forma a permitir a existência de uma equipa de trabalhadores permanentemente entre as 06h30 e as 18h30, de segunda-feira a sexta-feira, isto é, num período mais alargado que o horário normal praticado (08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00);

- Se tem revelado de extrema dificuldade a gestão das equipas de trabalho, atendendo à estrutura etária dos trabalhadores em causa (entre os 47 e os 61 anos) e às ausências originadas por problemas de saúde;

- A operacionalização dos serviços impõe a existência de recursos humanos adequados, de modo a garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público;

- De acordo com o previsto no n.º 1 do 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2004, de 20 de junho, os serviços da Administração Pública podem promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal;

- É notória a urgência de proceder à contratação de assistentes operacionais que permita colmatar as carências existentes e cuja necessidade se encontra elencada no mapa de pessoal do corrente ano, concretamente, 2 trabalhadores para a área de infraestruturas de águas, 2 trabalhadores para a área de infraestruturas de saneamento e 1 trabalhador para os serviços urbanos;

- O Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015), aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, mantém normas de controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, dispondo o n.º 2 do artigo 64.º que o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode autorizar a abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado destinados a candidatos sem vínculo de emprego público previamente estabelecido, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- Os previstos nos n.ºs 2 a 6 do artigo 62.º:

1. O município não se encontre em situação de saneamento ou rutura;

2. No ano 2014, tenha sido cumprido o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, isto é, a redução mínima de 2% do número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013;

3. No ano de 2014, o município tenha registado despesas com pessoal e aquisições de bens e serviços a pessoas singulares em montante inferior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios;

- Nas alíneas b) e d) do n.º 2 do artigo 47.º:

4. Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade;

5. Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

- Nas alíneas a) e b) do n.º 2 do citado artigo 64.º:

6. Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;

7. Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam.

- Quanto ao requisito 1, e da análise dos diversos documentos financeiros disponíveis na página eletrónica do Município e constantes do anexo 1, é possível aferir que este Município não se encontra em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, não estamos em situação de saneamento ou rutura;

- No que diz respeito ao 2.º requisito este Município perdeu 7 trabalhadores, o que equivale a 2,64%, dando por isso cumprimento à redução mínima do número de trabalhadores (anexo 2);

- No ano de 2014, as despesas com pessoal e aquisições de bens e serviços a pessoas singulares totalizaram o valor de 5.403.826,48€, montante inferior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, conforme exigência elencada no requisito 3 e demonstrada no anexo 3;

- Relativamente ao requisito 4, e conforme preceituado no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, que estabelece o regime de requalificação, nenhum dos órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação fixado no seu artigo 3.º, nos quais se inclui os serviços da administração autárquica, pode iniciar procedimento para recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para os postos de trabalho em causa;

O procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação se encontra regulamentado, nos termos do n.º 2 do mesmo preceito, pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, segundo a qual, previamente ao início do processo de recrutamento, o dirigente máximo do órgão ou serviço tem de solicitar à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), enquanto entidade gestora do sistema de

*requalificação, a verificação da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas;*

*- A matéria respeitante à consulta ao INA, por parte das autarquias locais, foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cujas conclusões foram homologadas pelo Secretário de Estado da Administração Local em 17 de julho de 2014;*

*- A Direção-Geral das Autarquias Locais emitiu a solução interpretativa uniforme de que as autarquias locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, porquanto o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, prevê, na alínea c) do seu artigo 3.º, que este regime é aplicável aos serviços da administração autárquica nos termos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o qual determina, no seu artigo 16.º, que, na administração autárquica, o exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação compete a uma entidade gestora da requalificação nas autarquias (EGRA) relativamente aos respetivos processos de reorganização de trabalhadores, a constituir no âmbito de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal e que o âmbito de aplicação dos procedimentos previstos no regime de requalificação é o da área da entidade intermunicipal, sendo as autarquias locais, nos termos do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, entidades gestoras subsidiárias enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento;*

*- A administração local não é obrigada a consultar o INA e que ainda não se encontram constituídas as EGRA, entende-se que o cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 48.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014, na parte em que exige a demonstração da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação, não é exigível;*

*- A abertura de procedimento concursal, independentemente do tipo de relação jurídica a constituir, será sempre submetida ao estrito cumprimento da legislação em vigor, concretamente, n.º 3 e seguintes do artigo 30.º Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2013, de 20 de junho, alínea d) do artigo 37.º da LTFP e artigo 48.º da LOE 2015, que hierarquiza a prioridade no recrutamento estabelecendo como preferência base os candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, de entre os quais, em primeiro lugar os que estiverem em regime de requalificação, e em última análise e esgotadas todas as possibilidades, candidatos sem vínculo de emprego público previamente estabelecido;*

*- No tocante aos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (requisito elencado no ponto 5), o Município deu pleno cumprimento à submissão através do SIILAL, conforme é possível atestar pelos documentos que fazem parte integrante do anexo 4;*

- *Do factos elencados em supra, e como consta de exigência legal vertida no requisito 6, é por demais evidente que os postos de trabalho em causa são fundamentais cumprimento regular e de qualidade da prestação do serviço público, atenta a redução significativa de recursos humanos nas áreas de atividade em causa, e a estrutura etária elevada dos trabalhadores;*

- *Por fim e quanto ao requisito 7, os encargos com o recrutamento dos cinco postos de trabalho para a Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, encontram-se inscritos no orçamento das despesas correntes com pessoal para o corrente ano, sob as seguintes classificações:*

- 07/01010404: 10.100,00€
- 07/0101130202: 1.878,80€
- 07/0101140204: 1.683,33€
- 07/010211: 1.212,00€
- 07/0103050202: 3.086,40€

- *Compete à entidade que autoriza a abertura dos procedimentos concursais estabelecer o prazo de apresentação de candidaturas, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 145-A/2011, de 6 de abril;*

*Nos termos expostos e ao abrigo da competência prevista no n.º 2 alínea a) do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **proponho** que a Câmara Municipal delibere ao abrigo do disposto no artigo 32.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da RJAL, conjugado com o n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, bem como, com o artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o seguinte:*

- *Submeter à Assembleia Municipal proposta de abertura de procedimentos concursais comuns na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para cinco assistentes operacionais para a Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, 2 trabalhadores para a área de infraestruturas de águas, 2 trabalhadores para a área de infraestruturas de saneamento e 1 trabalhador para os serviços urbanos, destinados também a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo das prioridades de recrutamento, com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis. (...)”*

**A Câmara Municipal, depois de apreciado o assunto delibera, ao abrigo do disposto no artigo 32.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, bem como, com o artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, submeter a autorização da Assembleia Municipal proposta de abertura de procedimentos concursais comuns na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para cinco assistentes operacionais para a Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, 2 trabalhadores para a área de infraestruturas de águas, 2 trabalhadores para a área de infraestruturas de saneamento e 1 trabalhador para os serviços urbanos, destinados também a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo**

indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo das prioridades de recrutamento, com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

**9 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM ASSISTENTE OPERACIONAL PARA A DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO.**

386 - Presente proposta do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, cujo teor de transcreve:

*“(…)**Considerando que:***

- O mapa de pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2015 foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, contendo os postos de trabalho necessários para o cumprimento das atividades de natureza permanente e temporária a desenvolver durante o corrente ano;*
- É significativa a redução de trabalhadores que se vem verificando nos últimos anos, registando-se uma redução de 13,7% a 31 de dezembro de 2014, relativamente a 31 de dezembro de 2010;*
- O serviço de telefonista sempre foi assegurado por dois postos de trabalho de forma a garantir a qualidade do atendimento telefónico e a resposta célere por essa mesma via;*
- Desde julho de 2013, e com o falecimento da trabalhadora Cândida Pedrosa, a atividade em causa tem sido garantida apenas por um trabalhador do mapa de pessoal, recurso humano manifestamente insuficiente para garantir o atendimento de todas as chamadas provenientes do exterior, o que influencia negativamente a qualidade da imagem do serviço prestado pela autarquia*
- Ainda que o Município tenha implementado um sistema de redireccionamento eletrónico de chamadas para os diversos serviços, mediante a digitação de um número identificativo, e no que respeita à central telefónica (posto de trabalho aqui em causa), as chamadas perdidas diariamente, rondam em média as 238, situação que vem sendo minimizada através do recurso a Programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mas que não pode alongar-se no tempo na medida em que o posto de trabalho em causa representa uma necessidade permanente de pessoal;*
- Desde 2010, e como medida de estabilidade orçamental, foram vários os diplomas a fixar regras mais exigentes quanto ao recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, o que impediu a renovação dos recursos humanos;*

- A operacionalização e qualidade dos serviços impõe a existência de recursos humanos adequados, de modo a garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público;

- De acordo com o previsto no n.º 1 do 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2004, de 20 de junho, os serviços da Administração Pública podem promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal;

- É notória a urgência de proceder à contratação de um assistente operacional que permita colmatar a carência evidenciada e cuja necessidade se encontra elencada no mapa de pessoal do corrente ano, isto é, um assistente operacional para a atividade de telefonista;

- O Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015), aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, mantém normas de controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, dispondo o n.º 2 do artigo 64.º que o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode autorizar a abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado destinados a candidatos sem vínculo de emprego público previamente estabelecido, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- Os previstos nos n.ºs 2 a 6 do artigo 62.º:

1. O município não se encontre em situação de saneamento ou rutura;

2. No ano 2014, tenha sido cumprido o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, isto é, a redução mínima de 2% do número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013;

3. No ano de 2014, o município tenha registado despesas com pessoal e aquisições de bens e serviços a pessoas singulares em montante inferior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios;

- Nas alíneas b) e d) do n.º 2 do artigo 47.º:

4. Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade;

5. Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

- Nas alíneas a) e b) do n.º 2 do citado artigo 64.º:

6. Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;

*7. Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam.*

*- Quanto ao requisito 1, e da análise dos diversos documentos financeiros disponíveis na página eletrónica do Município e constantes do anexo 1, é possível aferir que este Município não se encontra em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, não estamos em situação de saneamento ou rutura;*

*- No que diz respeito ao 2.º requisito este Município perdeu 7 trabalhadores, o que equivale a 2,64%, dando por isso cumprimento à redução mínima do número de trabalhadores (anexo 2);*

*- No ano de 2014, as despesas com pessoal e aquisições de bens e serviços a pessoas singulares totalizaram o valor de 5.403.826,48€, montante inferior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, conforme exigência elencada no requisito 3 e demonstrada no anexo 3;*

*- Relativamente ao requisito 4, e conforme preceituado no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, que estabelece o regime de requalificação, nenhum dos órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação fixado no seu artigo 3.º, nos quais se inclui os serviços da administração autárquica, pode iniciar procedimento para recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para os postos de trabalho em causa;*

*O procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação se encontra regulamentado, nos termos do n.º 2 do mesmo preceito, pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, segundo a qual, previamente ao início do processo de recrutamento, o dirigente máximo do órgão ou serviço tem de solicitar à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), enquanto entidade gestora do sistema de requalificação, a verificação da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas;*

*- A matéria respeitante à consulta ao INA, por parte das autarquias locais, foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cujas conclusões foram homologadas pelo Secretário de Estado da Administração Local em 17 de julho de 2014;*

*- A Direção-Geral das Autarquias Locais emitiu a solução interpretativa uniforme de que as autarquias locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, porquanto o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, prevê, na alínea c) do seu artigo 3.º, que este regime é aplicável aos serviços da*



*administração autárquica nos termos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o qual determina, no seu artigo 16.º, que, na administração autárquica, o exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação compete a uma entidade gestora da requalificação nas autarquias (EGRA) relativamente aos respetivos processos de reorganização de trabalhadores, a constituir no âmbito de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal e que o âmbito de aplicação dos procedimentos previstos no regime de requalificação é o da área da entidade intermunicipal, sendo as autarquias locais, nos termos do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, entidades gestoras subsidiárias enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento;*

*- A administração local não é obrigada a consultar o INA e que ainda não se encontram constituídas as EGRA, entende-se que o cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 48.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014, na parte em que exige a demonstração da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação, não é exigível;*

*- A abertura de procedimento concursal, independentemente do tipo de relação jurídica a constituir, será sempre submetida ao estrito cumprimento da legislação em vigor, concretamente, n.º 3 e seguintes do artigo 30.º Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2013, de 20 de junho, alínea d) do artigo 37.º da LTFP e artigo 48.º da LOE 2015, que hierarquiza a prioridade no recrutamento estabelecendo como preferência base os candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, de entre os quais, em primeiro lugar os que estiverem em regime de requalificação, e em última análise e esgotadas todas as possibilidades, candidatos sem vínculo de emprego público previamente estabelecido;*

*- No tocante aos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (requisito elencado no ponto 5), o Município deu pleno cumprimento à submissão através do SIIAL, conforme é possível atestar pelos documentos que fazem parte integrante do anexo 4;*

*- Do factos elencados em supra, e como consta de exigência legal vertida no requisito 6, é por demais evidente que o posto de trabalho em causa é fundamental para o cumprimento regular e de qualidade da prestação do serviço público, sob pena de não se conseguir dar uma resposta célere e eficiente a todos os que entram em contacto telefónico com o Município, com os eventuais constrangimentos que isso traz para cada utente;*

*- Por fim e quanto ao requisito 7, os encargos com o recrutamento do posto de trabalho para a Divisão de Administração e Modernização, encontram-se inscritos no orçamento das despesas correntes com pessoal para o corrente ano, sob as seguintes classificações:*

- 03/01010404: 2.525,00€*
- 03/0101130202: 469,70€*
- 03/0101140204: 420,83€*
- 03/0103050202: 699,65€*

*- Compete à entidade que autoriza a abertura dos procedimentos concursais estabelecer o prazo de apresentação de candidaturas, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 145-A/2011, de 6 de abril;*

*Nos termos expostos e ao abrigo da competência prevista no n.º 2 alínea a) do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **proponho** que a Câmara Municipal delibere ao abrigo do disposto no artigo 32.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da RJAL, conjugado com o n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, bem como, com o artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o seguinte:*

*- Submeter à Assembleia Municipal proposta de abertura de procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para um assistente operacional para a Divisão de Administração e Modernização, atividade de telefonista, destinado também a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo das prioridades de recrutamento, com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis. (...)”*

**A Câmara Municipal, depois de apreciado o assunto delibera, ao abrigo do disposto no artigo 32.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, bem como, com o artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, submeter a autorização da Assembleia Municipal proposta de abertura de procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para um assistente operacional para a Divisão de Administração e Modernização, atividade de telefonista, destinado também a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo das prioridades de recrutamento, com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis.**

**Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.**

**10 - FAMOLDE, FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA AMPLIAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que não concorda com a proposta, porque no seu entender a lei aplica-se ao existente e não aquilo que se vai fazer. Parece-lhe também que a definição de “interesse público” não está devidamente fundamentada.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que ficou feliz com a publicação deste diploma de 2014, pois o mesmo ajuda a melhorar a potencialidade empregadora do concelho. Acha saudável e interessante, e não se lhe coloca qualquer dificuldade em aceitar o facto de violar o PDM. É bom para as empresas, que por limitação de espaço não podem aumentar o número de postos de trabalho. Considera que na lei há uma lacuna, que é a definição do que é o interesse público, mas isso cabe aos decisores, apesar de, em alguns casos, poder constituir um risco. É favorável e será favorável a todos os outros casos que tenham um mínimo de historial de investimento no concelho.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que também vai votar a favor.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu que lhe seja dado mais tempo para reflectir e analisar no que se refere ao que é o interesse público, e porque resulta claramente que se está a violar o PDM. Gostaria de ver melhor fundamentado juridicamente o que é o interesse público.

No sentido de esclarecer as dúvidas suscitadas pelos Srs. Vereadores, e para que a proposta seja votada hoje e presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, o **Sr. Presidente** pediu a presença na reunião da Chefe da DOT, Dr.ª Inês Marrazes, e da jurista, Dr.ª Madalena Oliveira, que responderam às questões técnicas colocadas.

#### **Seguidamente pôs a votação a seguinte proposta:**

387 - Presente requerimento, com o registo de entrada n.º 4287, de 12-05-2015, apresentado por Famolde, Fabricação e Comercialização de Moldes S.A., com o NIPC 501454837, com sede na rua Central de Moinhos de Cima freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal da ampliação da sua unidade industrial, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Presente correio eletrónico da referida sociedade, datado de 29-05-2015, em que a mesma fornece elementos sobre a sua situação, que complementam a fundamentação apresentada no mencionado requerimento.

Presente informação técnica 1-4287/2015 – AF, sobre o assunto, datada de 28-05-2015, bem como peças desenhadas representativas da ampliação da unidade industrial.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o Regime de Regularização Extraordinário de Estabelecimentos Industriais, veio possibilitar a regularização de estabelecimentos e explorações existentes, que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas, que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pela interessada, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite, as entidades competentes, a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença, e consequentemente tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

O requerimento apresentado pela interessada visa dar resposta a uma das obrigações impostas pelo diploma em apreço, que se traduz na obtenção de uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, na ampliação da sua unidade industrial, sita na rua Central moinhos de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, sob proposta desta Câmara Municipal.

Assim, considerando que:

- Famolde, Fabricação e Comercialização de Moldes S.A. foi constituída em 1984 com 25 trabalhadores e começou por fabricar moldes para a indústria dos brinquedos, eletrodomésticos, cosmética e eletrónica;
- Se especializou na área da eletrónica a partir de 1987, sendo o seu volume de negócios, nesta área, superior a 70%;
- Em 1994, já com cerca de 50 trabalhadores, e para fazer face ao crescimento da empresa, construiu o segundo pavilhão da sua unidade industrial;
- Elevou para 70 o número de trabalhadores, no ano de 2000, graças ao aumento de produção, o que a levou a construir o terceiro pavilhão;
- Em 2010 a empresa contava, em face do aumento da procura, com 86 colaboradores;
- A partir de 2010 as suas infraestruturas começaram a ser escassas, quer a nível dos serviços administrativos, quer a nível das áreas sociais, pelo que teve de tomar uma de duas opções: estagnar ou crescer, tendo optado pela segunda;
- Hoje garante emprego a 117 colaboradores e contribui para o desenvolvimento económico do concelho;
- A atividade principal da empresa é o fabrico e comercialização de moldes técnicos, de elevado valor acrescentado, para a indústria elétrica e eletrónica e eletrónica automóvel.
- Também produz peças plásticas, louça inquebrável da sua marca RBDrink, e possui um núcleo de Investigação e Desenvolvimento que fornece serviços de I&D na área dos moldes, energias renováveis e dispositivos médicos para cirurgia;
- O seu nível da faturação, nos anos de 2013 e 2014, ascendeu a 5.250.067 € e 7.624.526 €, respetivamente;
- Até 1-06-2015 possuía 114 trabalhadores e que, a partir dessa data, passou a ter 117;
- Pretende ampliar, em cerca de 560 m2, dois dos edifícios que constituem a sua unidade industrial, destinados a albergar equipamento de serralharia manual, escritórios, salas de trabalho e reunião;

- A ampliação em causa visa criar melhores condições de trabalho e é imprescindível para o crescimento económico;
- Apesar de o índice de construção bruto resultante da referida ampliação, ser de 0,55 - quando para o local o Regulamento do Plano Diretor Municipal apenas prevê um índice de 0,25 - a deslocalização da unidade industrial traria elevados custos sociais e económicos, nomeadamente perda de clientes, provocada pela suspensão da laboração da empresa e acarretaria o despedimento de trabalhadores;
- A sociedade em causa gera emprego no concelho e por isso contribui, inequivocamente, para o seu desenvolvimento económico;
- A interessada tem demonstrado pelo seu historial, que, para além de fabricar produtos de relevante interesse público, como são, por exemplo, os respeitantes a dispositivos médicos para cirurgia, emprega um número elevado de trabalhadores;
- O seu crescimento, nas atuais circunstâncias, é demonstrativo da estabilidade da empresa e da sua importância para o desenvolvimento social e económico do concelho;
- Por todos esses factos é inegável reconhecer o interesse público municipal na ampliação das ditas instalações;

**A Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º deste último diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal da ampliação das instalações da unidade industrial, sita na rua Central de moinhos de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de Famolde, Fabricação e Comercialização de Moldes S.A., com o NIPC 501454837, com sede na estrada de Picassinos, lugar de Moinhos de Cima, Freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente tendo em consideração a informação prestada pelos serviços que transmite a legalidade da mesma.*

*Considerando ainda que esta é uma situação que poderá favorecer a legalização de muitas empresas no nosso concelho, apesar do conhecimento da lei dever ser do conhecimento geral, proponho que os serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande façam a divulgação do diploma por todos os possíveis interessados.”*

**O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente porque se trata de uma empresa que se tem dedicado à inovação e ao desenvolvimento, com bastante sucesso, e interesse para o concelho, sendo em termos de empresa, uma das melhores a nível nacional e até internacional dada a tecnologia aplicada.*

*O investimento vai promover, sem margem para dúvida, mais modernidade, mais emprego e maior competitividade. Para além disso, o que a empresa pretende é tão só e apenas o enquadramento plasmado no DL n.º 165/2014, de 5 de novembro, com duração limitada.”*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto a favor.*

*a) estranhamento o processo não é acompanhado por parecer técnico e apenas de uma minuta de deliberação (único documento que serviu para a presente análise), desconhecendo-se quem a estudou e quem atesta a responsabilidade sobre ela.*

*c) essa ampliação implica a violação do Plano Diretor Municipal dado que o índice de construção bruto resultante da ampliação é, como refere a proposta de deliberação, de 0,55 quando o PDM apenas prevê para o local 0,25.*

*d) os argumentos que sustentam o interesse público, designadamente a referência à “geração de emprego no concelho”, a empresa fabricar “produtos de relevante interesse público, como são, por exemplo, os respeitantes a dispositivos médicos para cirurgia”, são, na minha perspectiva, frágeis e sem sustentação.*

*e) face aos elementos que me foram disponibilizados, recordo que se trata apenas da proposta de deliberação, considero que o processo não está devidamente fundamentado, designadamente quanto ao interesse público. Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua atividade na Marinha Grande, mas entendo que o objecto desta operação não é enquadrável na classificação de interesse público. Por definição, o “interesse público” é o interesse colectivo, é o interesse geral de uma determinada comunidade, é o bem-comum devendo garantir-se a igualdade de tratamento na administração (cf. n.º 1 art. 266º CRP e o art. 5.º CPA). No caso em apreço e nas considerações apresentadas não se vislumbra que se trate de um bem comum quando o propósito fundamental é uma entidade com fins lucrativos, uma empresa especializada na fabricação de moldes de alta tecnologia de pequenas dimensões para injeção de termoplásticos.*

*Assim, a lei 165/2014 permite legalizar ilegalidades que existiam. Não contrariando a lei entendo que devia ser claro o que é “interesse público municipal”, doutro modo todas as empresas vão poder usufruir.”.*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

388 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17:30 horas.

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
04/06/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz,  
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º  
75/2013, de 12 de setembro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**